

Maioria no Congresso está afogada em dívidas

Nada menos que 507 dos 513 deputados e 56 dos 81 senadores estão pendurados no cheque especial

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — A dureza bateu às portas de um lugar que até agora tido como um dos poucos imunes às crises econômicas tão comuns no País: o Congresso. De bolsos vazios, nada menos que 507 dos 513 deputados, e 56 dos 81 senadores estão pendurados no cheque especial do Banco do Brasil. Nesse mesmo universo, há ainda 128 deputados e 11 senadores que tiveram de recorrer a empréstimos de emergência no Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O deputado Fernando Ferro (PT-PE) está devedor em R\$ 16 mil no cheque especial do BB. Ele conta que foi à gerência do banco saber se havia algum tipo de empréstimo com juros menores dos que os cerca de 14% do cheque especial. Ouviu a informação de que não existe operação bancária com juros menores e que não ficasse desesperado, porque estava em situação privilegiada. "O senhor só deve R\$ 16 mil", argumentou o gerente. "Tem gente aqui com 'buracos' de R\$ 50 mil, R\$ 60 mil."

Ferro pôs à venda o apartamento de três quartos, na Cidade Universitária, em Recife, na tentativa de pagar a dívida com o BB. "Mas não apareceu ninguém para comprar o imóvel", disse ele. "Minha mulher é médica e tem ajudado muito nos gastos da família." Os deputados petistas têm despesas muito maiores que

a de colegas dos outros partidos. É que contribuem com 30% do salário para os cofres do PT. Apesar dos R\$ 8 mil de salários, há muitos parlamentares petistas que, descontadas as despesas, não levam nem R\$ 2 mil para casa.

As queixas sobre problemas financeiros eram até agora incomuns entre os parlamentares, que recebem salários de R\$ 8 mil mensais. Mas de uns tempos para cá eles perderam o constrangimento e já falam de sua situação de penúria até nos microfones da Câmara e do Senado. O deputado Nilson Gibson (PMN-PE), por exemplo, vez por outra pede aumento de ordenado. Segundo ele, está muito difícil a sobrevivência, porque com os descontos, os R\$ 8 mil reduzem-se a R\$ 5,4 mil. Gibson conta a seus colegas de Câmara que teve de substituir o "queijo real" pelo "queijo de coelho", mais barato, de consumo comum no Nordeste.

A aflição de deputados e senadores é tão grande que o governo já começa a ter medo das consequências da pindaíba generalizada. A votação do projeto que fixa os juros anuais em 12% vai ocorrer am-

anhã. O governo é contra a aprovação da proposta, já votada e aprovada pelo Senado. Como ainda é impossível medir a taxa de adesão dos mais duros ao projeto, a orientação dos líderes dos partidos aliados é a retirada dos deputados do plenário.

As dificuldades financeiras atingem a todos, líderes e liderados. O líder do governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES), salvou-se este mês por causa do cheque especial. "Vinha conseguindo equilibrar minhas contas, mas neste mês não deu", contou. Para cobrir o rombo de mais de R\$ 2,5 mil, ele recorreu à poupança que vinha fazendo. "Tenho muitos compromissos, pois ajudo meu pai e meus netos", explicou.

Segundo Álvares, uma de suas formas de fazer economia e equilibrar as contas é a redução drástica de tudo quanto é almoço e jantar com políticos. "Às vezes, a gente senta com alguns prefeitos e, quando o jantar termina, ninguém leva a mão ao bolso", queixou-se. "Acho que pensam que o senador está em uma hierarquia superior e deve pagar tudo."

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também deu um basta em almoços e jantares. "Não troquei meu carro, um Santana 89, modelo antigo, e agora não consigo mais comprar um novo". Segundo Simon,

seu dinheiro é contado. O senador Gilvan Borges (PMDB-AP) vive do salário.

E acha que ter tão pouco dinheiro é perigoso para o parlamentar: "Temos de resistir à tentação dos lobbies, senão adeus dignidade do exercício do cargo."

Na cata de dinheiro aqui e ali, houve uma correria ao IPC, que reabriu empréstimos de até

**TODOS SE
QUEIXAM DOS
JUROS E TERÃO
NAS MÃOS
DECISÃO SOBRE
LIMITE DE 12%
AO ANO**

R\$ 15 mil há dois meses. Desde a abertura do socorro financeiro, 128 deputados e 11 senadores tomaram empréstimos, a juros de poupança mais 0,5%, pagáveis em 12 meses. Em junho, os juros do IPC alcançaram 4,26%, muito, mas muito abaixo dos quase 14% do cheque especial. "Estamos trabalhando em regime de UTI", disse o presidente do IPC, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI).

O deputado Wilson Mattos Branco (PMDB-RS) acha que só quando a Receita Federal for proibida de cobrar Imposto de Renda dos aposentados vai poder sair da dureza. "Além do meu salário, ganho mais R\$ 400,00 de aposentadoria como pescador, em Rio Grande", explicou. Segundo ele, a Receita lhe cobra impostos "extorsivos", de duas fontes. "Minha aposentadoria vai se embora." Branco contou que em sua ação política costuma comprar passagens para eleitores doentes. "Em junho não consegui ajudar ninguém." A última ajuda foi em maio: "Naquele mês ainda consegui mandar um amigo para o Sarah Kubitschek, em Brasília, e outro para São Paulo", afirmou.